

BAI PARTICIPAÇÕES S.A.

C.N.P.J. 50.257.134/0001-60
AVENIDA PAULISTA, nº 2.150 - SÃO PAULO - S.P.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Bai Participações S.A., ("Sociedade") relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis. **Conjuntura Econômica:** A atividade econômica brasileira continuou em expansão no segundo semestre de 2024, beneficiada pelo crescimento da demanda doméstica. A balança comercial acumulou superávit de US\$ 75 bilhões no ano passado, o segundo melhor resultado da série histórica, mas incertezas externas e domésticas contribuíram para a desvalorização da nossa moeda. O IPCA acumulado em doze meses ficou próximo de 4,9% em 2024. Nesse ambiente, o Banco Central iniciou um ciclo de aumento da taxa básica de juros em setembro e levou a taxa Selic para 12,25% a.a. em dezembro, reafirmando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante. **Desempenho:** Em 31 de dezembro de 2024, os ativos da Sociedade totalizaram R\$505.959 mil e o patrimônio líquido atingiu R\$505.880 mil. No exercício de 2024 o prejuízo foi de R\$ 81.097 mil.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	Notas Explicativas		Notas Explicativas	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ativo				
Ativo não Circulante	505.959	595.656		
IRPJ e CSLL Diferidos	27	-		
Investimentos	505.932	595.656		
Investimentos em coligadas	4	505.932	5(a)	602.779
Total do Ativo	505.959	595.656		
Passivo				
Passivo Circulante				
Fornecedores				79
Patrimônio Líquido				8
Capital social				602.779
Prejuízos acumulados				(96.899)
Total do Patrimônio Líquido				505.880
Total do Passivo e Patrimônio Líquido				505.959

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	Nota Explicativa		Nota Explicativa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Resultado de participações em coligadas	4	(81.053)		(7.123)
Outras receitas operacionais				5
Resultado Operacional			(81.048)	(7.123)
Despesas de pessoal			(4)	-
Despesas gerais e administrativas			(72)	(8)
Resultados antes dos Impostos			(81.124)	(7.131)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Diferido			6	27
Prejuízo do Exercício			(81.097)	(7.131)
Prejuízo por Lote de Mil Ações (R\$)			(2,5784)	(0,2267)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais mil)

HISTÓRICO	Capital Subscrito e Realizado		Prejuízos Acumulados		Total do Patrimônio Líquido	
Abertura em 31.03.2023		602.779				602.779
Aumento de capital:						
Prejuízo do exercício			(7.131)		(7.131)	
Saldos em 31.12.2023		602.779	(7.131)			595.648
Realização de Reserva de Lucros da Investida			(8.671)		(8.671)	
Prejuízo do exercício			(81.097)		(81.097)	
Saldos em 31.12.2024		602.779	(96.899)			505.880

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	Nota Explicativa		Nota Explicativa	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Atividades Operacionais				
Prejuízo do Exercício			(81.097)	(7.131)
Ajustes ao Prejuízo Líquido			81.026	7.123
- Resultado de participação em coligadas			4	81.053
- Imposto de renda e contribuição social diferida			6(b)	(27)
Aumento nos Passivos Operacionais			71	8
Outros passivos			0	8
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades Operacionais			-	-
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalente De Caixa			-	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício			-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício			-	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa			-	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em Reais Mil)

	31.12.2024		31.12.2023	
	Prejuízo do Exercício	Outros resultados abrangentes do exercício líquido de impostos	Prejuízo do Exercício	Outros resultados abrangentes do exercício líquido de impostos
Total dos Resultados Abrangentes do Exercício	(81.097)	(7.131)	(81.097)	(7.131)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 1 - ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A Bai Participações S.A. ("Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital fechado, originou-se através da transferência de ações cedidas pelas acionistas subscritoras Alfa Holdings S.A. e Consórcio Alfa de Administração S.A., foi constituída em 31.03.2023, com sede na cidade de São Paulo - SP, na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, Bela Vista, CEP 01310-300.

Sua atividade principal atual consiste em manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de quotista e/ou acionista, com participação direcionada, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A.).

Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, *private banking*, *wealth management*, *asset management*, *investment banking* e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10.10.2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Estas Demonstrações Contábeis foram concluídas em 25 de março de 2025 e aprovadas pela Reunião da Diretoria na mesma data.

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

b) Base para avaliação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

c) Informações sobre participações detidas em coligadas

(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas.
(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Seguem abaixo as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis:

a) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócio em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro".

b) Investimento em coligadas

Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Contábeis incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

c) Impostos sobre lucros

Impostos Correntes - apurados de acordo com o regime de tributação da Sociedade e das controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%. Impostos diferidos - representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Demais tributos - As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base não cumulativa são de 1,65% e 7,6%, sendo que as alíquotas sobre as receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente.

d) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente.

e) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como os resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

f) Mensuração ao Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) das aplicações financeiras é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

No Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

g) Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo considerado imaterial o risco de mudança no valor de mercado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

NOTA 4 - INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Investida	% Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Prejuízo do Exercício	Qte. de ações	Valor contábil do Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial	
						31/12/2024	2024	31/12/2023	2023
Banco Alfa de Investimento S.A.	35,53%	602.779	1.424.078	(227.872)	31.452.886	505.932	(81.053)		(81.053)
Banco Alfa de Investimento S.A.	35,53%	602.779	1.676.627	(20.055)	31.452.886	595.656	(81.053)		(7.123)
Totais		595.656	(81.053)	(1)	(8.670)	505.932	(81.053)	(1)	(8.670)

As movimentações dos investimentos em coligadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas da seguinte forma:

Coligadas	Saldos em 31.12.2023	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições/(Alienações) de ações e Outros	Saldos em 31.12.2024
Totais	595.656	(81.053)	(1)	(8.670)	505.932

1) Em 31 de março de 2023 ocorreu a integralização de 31.452.088 ações ordinárias e 798 ações preferenciais, do Banco Alfa de Investimento S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização foi realizada pelas empresas Alfa Holdings S.A., que transferiu 15.743.294 ações ordinárias e 672 ações preferenciais, e Consórcio Alfa de Administração S.A. que transferiu 15.708.794 ações ordinárias e 126 ações preferenciais, passando o BAI Participações ser a acionista direta do Banco Alfa de Investimento S.A.

NOTA 5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é composto por 31.452.886 ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

c) Dividendos

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, limitados ao valor realizado deste lucro líquido, conforme artigos 197 e 202, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

NOTA 6 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(81.124)	(7.131)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	27.582	2.425
(Inclusões) Exclusões Permanentes	(27.555)	(2.425)
Participações em coligadas e controladas no país - Nota 4	(27.558)	(2.425)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	3	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	27	-

DIRETORIA

MARCOS LIMA MONTEIRO Diretor	LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI Diretor	CARLOS PELÁ Diretor
---------------------------------	--	------------------------

CONTADORA

ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS CRC 1SP232846/O-2
--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bai Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bai Participações S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bai Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerá-lo, se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicá-lo esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 As demonstrações contábeis da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório do auditor em 8 de fevereiro de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos